

## Os homens, esses desconhecidos...

Maria Coleta de Oliveira\*  
Elizabete D. Bilac\*\*  
Malvina Muszkat\*\*\*

Os movimentos feministas desembocaram, nos anos 80, no desenvolvimento de uma perspectiva de análise inovadora, que marcou indelevelmente as Ciências Sociais. A chamada perspectiva de gênero permitiu recolocar a questão feminista em um contexto ao mesmo tempo mais amplo e teoricamente mais preciso. As diferenças sociais entre homens e mulheres passam a permear uma multiplicidade de temas, permitindo revelar aspectos até então ocultados mesmo ao olhar mais informado. A partir da denúncia da subordinação das mulheres promovida pelos movimentos feministas dos anos 60, a dimensão do poder nas relações no âmbito privado adquire relevância. Ao chamar a atenção para a construção social das diferenças entre os sexos, a perspectiva feminista pôs em evidência o conteúdo conflituoso da família, *locus* de expressão de interesses diferentes.

Em algumas das vertentes, essas diferenças fundam-se no desempenho de papéis distintos na produção e redistribuição de bens e de benefícios. Desse modo, a divisão sexual do trabalho cria

duas categorias de trabalhadores, que necessitam um do outro em uma dinâmica complementar. Constituiria, assim, a base material do gênero enquanto construção social. Para outras, porém, existiria uma raiz mais primitiva e primeira da subordinação feminina, decorrente do controle masculino sobre a capacidade reprodutiva e mesmo sobre a capacidade erótica das mulheres. A assimetria daí resultante constituiria a base do patriarcalismo, consistente tanto com a família monogâmica, nuclear e heterossexual, quanto com as diversas soluções poligênicas (abertas ou disfarçadas).

A perspectiva de gênero tem indiscutivelmente privilegiado a questão da mulher, em torno da qual se constituiu. Porém, a própria inclusão da tensão entre os pólos feminino e masculino acabou por colocar a nu o desconhecimento acerca dos homens. Esta constatação não deixa de ser surpreendente, pois que tudo começa com o pensamento crítico acerca da construção social do conhecimento - da sociedade, da história - que ocultava uma das faces dos fenômenos e processos, excluindo parte dos protagonistas da aventura humana, as mulheres. A "revolução do gênero" foi, porém, mais longe nas consequências da incorporação fundamental da perspectiva dos sujeitos no conhecimento dos processos. E chega hoje a propor como indagação uma "questão masculina".

Em realidade, as coisas se passam de modo mais complexo do que uma

---

\* Coordenadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas desta Universidade.

\*\* Socióloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

\*\*\* Psicanalista, diretora do Pró-Mulher, São Paulo.

simples dinâmica do pensamento, em seu afã de conhecer. A "questão masculina" brota do processo social, do espanto e do desconforto dos homens diante da emancipação feminina ou, simplesmente, diante do questionamento das assimetrias de gênero por parte de um certo segmento de mulheres. O caminhar dos movimentos e da discussão feministas ensejou o surgimento, nos anos 70, de grupos masculinos voltados para o entendimento conjunto das perplexidades em face da revolução das mulheres. Organizados mais ou menos espontaneamente, esses grupos de discussão entre irmãos de sexo reeditaram na Europa, Canadá e Estados Unidos os grupos de conscientização feministas que proliferaram nos primórdios do movimento de mulheres. Alguns destes grupos organizaram-se também entre nós, antes mesmo que começassem a ser "importados" os grupos de gênero, espécie de alternativa terapêutica recentemente oferecida em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

A "questão masculina" alimenta-se também da reflexão da maturidade feminista acerca da diferença, tema que parece ocupar parte das energias anteriormente concentradas na questão da igualdade. Mas não seria este o lugar para perseguir as várias pistas que surgem neste caminho.

Por viés de formação e por interesse de pesquisa, valeria a pena, porém, indagar qual a contribuição da perspectiva de gênero para a Demografia. Curiosamente, se existem papéis ocultos na Demografia, estes são os papéis masculinos. Com exceção, talvez, do tema das migrações, cujas explicações estão comumente associadas à busca de trabalho ou a mudanças nas formas de produção (e portanto aos homens, embora o tema das migrações femininas esteja a esperar, igualmente, estimulantes indagações), a protagonista privilegiada tem sido a mulher. Leia-se, a mulher enquanto potencial repro-

ductivo, enquanto responsável pelos níveis de fecundidade da população. Apesar de demógrafos como Ryder terem desde há muito chamado a atenção para esse viés, e para a necessidade de a Demografia escrever a dinâmica da população da perspectiva masculina ou, que é mais complexo ainda, da perspectiva das relações entre os sexos, não se tem notícia, que nós saibamos, de empreitada do gênero (o trocadilho não foi proposital!).

Pensamos, porém, que a disciplina demográfica é particularmente útil. Para além da associação equivocada entre sexo enquanto variável classificatória e gênero, a análise de cursos de vida pode ajudar a dar corpo à noção de gênero enquanto construção social. Na medida em que seja possível reconstruir trajetórias socialmente determinadas, masculinas e femininas, a perspectiva demográfica não apenas se enriquece como também aporta algo de substancial à perspectiva de gênero. Analogamente ao que tem sido feito com relação às mulheres, é possível pensarmos que certas etapas dos cursos de vida individual seriam especialmente elucidativas das relações de gênero em operação em sociedades e momentos determinados. Seria possível investigar de que maneira as alternativas que se apresentam a homens e mulheres em cada momento ou em momentos determinados oferecem um caminho para a revelação de hierarquias, de expectativas assimétricas de papéis etc.

É esta perspectiva que nos propomos a incorporar na análise de temas relativos à anticoncepção. No projeto de pesquisa que formulamos, propomo-nos a trazer a perspectiva de gênero para o centro da discussão sobre a anticoncepção. Um projeto definido, com metodologia adequada, porém aberto ao desconhecido, ou a esses desconhecidos, nossos parceiros, os homens.

A indagação começa por buscar entender se a anticoncepção constitui ou

não uma questão para os homens. É curioso que o interesse recente pelos homens em temas relacionados às questões populacionais tenha como origem a aparente ou real resistência de certas culturas à difusão de métodos modernos de controle da fecundidade e a ameaça da epidemia de AIDS, com a conseqüente volta ao interesse pelo *condom* como método anticoncepcional. É curioso mas não surpreendente. É curioso porque justamente os métodos chamados modernos, e que gozam do prestígio da eficácia na comunidade do planejamento familiar, aparentemente excluem os homens da anticoncepção: tanto os métodos hormonais quanto a esterilização cirúrgica não requerem, tecnicamente, a interferência masculina. Excluídos da anticoncepção, trata-se agora de resgatá-los tendo em vista o que seriam os novos desafios na área da saúde reprodutiva.

Contudo, assim como na questão dos direitos reprodutivos, a discussão sobre o tema não incorporou adequadamente a perspectiva masculina, deixando a impressão, por vezes, de que ela não existiria ou seria irrelevante. De qualquer forma, o discurso sobre a importância do homem para o tema da saúde reprodutiva não é um discurso dos homens mas sobre os homens. Porém, independentemente da conclusão a que chegemos no que diz respeito ao interesse masculino com relação à anticoncepção, o fato indiscutível é que existe no Brasil, hoje, uma flagrante desigualdade no que diz respeito à distribuição dos ônus da reprodução e de seu controle. É difícil atribuímos essa desigualdade a este ou aquele fator de modo simples.

De um lado, pode-se dizer que, apesar da queda acentuada da fecundidade, a carga reprodutiva das mulheres tem aumentado no Brasil em período recente, se com isso entendermos o conjunto de condições socialmente necessárias à reprodução das novas gera-

ções. Fatores como a expansão da educação formal, especialmente a feminina, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, e mesmo a influência da *media* na promoção e divulgação de temas feministas alteraram, em medida a ser adequadamente avaliada, os papéis de gênero, particularmente nas camadas médias urbanas.

É importante ressaltar que a reprodução nas camadas médias urbanas depende crescentemente do circuito mercantilizado de bens de consumo e de serviços. As precárias condições de funcionamento dos serviços públicos de saúde e de educação, bem como os alvos pretendidos com estes serviços (o tipo de educação desejada ou o atendimento à saúde considerado mínimo), têm afastado estas camadas do circuito socializado de consumo. É cada vez maior a busca por escolas privadas e por cooperativas e seguros privados de saúde, o que eleva consideravelmente os custos da reprodução quotidiana e geracional nessas camadas.

Além disso, em um país marcado por profunda desigualdade distributiva, estes grupos constituem o grande mercado para os setores "modernos" da produção industrial de bens de consumo, razão pela qual são expostos constantemente a intensa propaganda destinada a aumentar sua "propensão a consumir". Os níveis e padrões de consumo necessários à reprodução constituem, assim, fortes estímulos tanto ao trabalho feminino quanto à regulação da fecundidade. Não é sem razão que, nas camadas médias, o controle da fecundidade vem ocorrendo há mais tempo e as mulheres vêm se integrando rapidamente ao mercado de trabalho.

As transformações nas condições de vida e de consumo destas camadas devem ter tido, assim, razoável importância nas transformações observáveis nas relações de gênero na esfera privada. Homens e mulheres dividem hoje o encargo da manutenção econômica do

núcleo doméstico, ao lado de preocupações comuns com carreiras e empregos. Contudo, se da perspectiva da produção as relações entre homens e mulheres são mais igualitárias, da perspectiva da reprodução o mesmo não parece estar ocorrendo. Além dos papéis tradicionais de cuidado da prole, as mulheres das camadas médias urbanas brasileiras assumiram também parte da responsabilidade pelo bem-estar material da família e de seus filhos. A nova independência econômica feminina parece ter aumentado, assim, as obrigações das mulheres com relação às tarefas reprodutivas e domésticas, que permanecem sendo de sua quase total responsabilidade. Alguns fenômenos recentes no âmbito da família são sintomáticos desta situação: o aumento do número de separações e de divórcios, o crescimento das famílias chefiadas por mulheres, as intermináveis discussões sobre pensão alimentícia nos casos de divórcio e separação judicial etc.

No que diz respeito à regulação da fecundidade, elemento fundamental no projeto de vida destas camadas, também os cuidados com a anticoncepção permanecem sendo responsabilidade feminina. E, neste caso particular, não se trata de ausência de informação ou dificuldade de obtenção de anticoncepcionais masculinos. De fato, pelo próprio nível educacional predominante, pela maior disponibilidade de recursos financeiros e pelo acesso a serviços de saúde de melhor qualidade, homens e mulheres das camadas médias dispõem de maiores informações sobre saúde reprodutiva e sobre anticoncepção de modo geral, o que lhes permitiria melhor controle sobre o seu próprio bem-estar. Contudo, não se tem notícia de que tais informações tenham aumentado o uso do *condom* nas relações estáveis, mesmo entre os jovens, como precaução contra a AIDS, ou que a discussão médica sobre os riscos dos anticoncepcionais hormonais tenha diminuído o

nível de utilização da pílula. Também, conquanto a ocorrência da vasectomia seja maior nestas camadas do que naquelas de mais baixa renda, a proporção ainda assim não chega a ser muito significativa.

É certo que as modernas tecnologias anticoncepcionais e a ênfase a elas associada no controle da mulher sobre seu próprio corpo podem ter contribuído para acentuar a sobrecarga das mulheres, excluindo definitivamente os homens. A medicalização da reprodução e de sua regulação produz efeitos na mesma direção, pois o público alvo das intervenções médicas é constituído de mulheres. Uma das conseqüências disso foi um obscurecimento do lado masculino das relações entre saúde e sexualidade e o desconhecimento das possibilidades eventualmente presentes no repertório cultural para o enfrentamento dos desafios que hoje se apresentam.

Se quisermos entender a dinâmica dos gêneros e sua incidência sobre a saúde reprodutiva em geral e sobre a anticoncepção em particular, teremos de enfrentar o tema da diferença e alguns de seus aparentes paradoxos. Uma das questões a ser enfrentadas neste particular diz respeito às relações entre as dimensões biológicas e culturais. De um lado, o processo de reprodução requer fisiologicamente pouca interferência masculina. Deixando de considerar a reprodução assistida, o momento masculino é apenas o da ejaculação. Não seria por outra razão que os métodos anticoncepcionais femininos predominam, e não seria de estranhar o afastamento ou a ausência masculina.

De outro lado, do ponto de vista da cultura, a maternidade é frequentemente associada a seus fundamentos biológicos. A Antropologia foi capaz de mostrar, porém, como a noção de maternidade é socialmente construída, o mesmo ocorrendo com a noção de paternidade. A literatura antropológica é rica de exemplos que documentam o

interesse masculino pela reprodução. O controle sobre a sexualidade feminina constitui um elemento central na organização social e política de inúmeras sociedades. A afinidade e a consangüinidade constituem o cimento de alianças em sociedades chamadas tradicionais, mas também na sociedade contemporânea.

De fato, toda a questão diz respeito às definições sociais dos direitos e obrigações associados aos papéis de mãe e de pai, ao mesmo tempo que às regras de designação de quem seriam os titulares dos direitos e obrigações perante os nasciturnos. De nosso ponto de vista, essa matriz de direitos e obrigações e seus agentes é crucial para entender-

mos a questão da desigualdade entre homens e mulheres diante dos encargos da reprodução e de seu controle. É preciso indagar em que medida e de que maneira estão incluídos nesta matriz direitos e obrigações com relação a decisões reprodutivas, aí incluídas decisões quanto à anticoncepção e ao aborto. O importante é que, sob certos pontos de vista, a esta matriz encontram-se "submetidos" tanto homens como mulheres, estando aí localizados os padrões patriarcais que, apesar de milenares, são atualizados em diferentes contextos. O importante seria investigar quais as condições em que se atualizam estes padrões, e quais suas implicações e conseqüências no presente.

Recebido para publicação em 10/12/94.